

**A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E SUAS CONEXÕES  
INTERNACIONAIS: A IMPRENSA PORTUGUESA COMO ESPAÇO DE  
DEBATES DO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO (1974-1979)**

Reinaldo Lindolfo Lohn

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Bolsista produtividade CNPq

reilohn@gmail.com

Esta comunicação objetiva apresentar os delineamentos parciais de uma investigação em andamento que focaliza aspectos das conexões internacionais da chamada transição democrática brasileira ao fim da década de 1970. Por meio da pesquisa histórica em periódicos portugueses que circularam entre 1974 e 1979 tem sido possível perceber que a abertura política, ainda durante a ditadura militar, envolveu a afirmação de um repertório narrativo que circulou entre Brasil e Portugal. No período, o país ibérico tornou-se palco de intensos debates dos setores oposicionistas brasileiros acerca de formas para a transição política, envolvendo remanescentes da esquerda armada, setores liberais, lideranças do Partido Comunista, trabalhistas e os que se aproximaram da organização Internacional Socialista. Pretende-se discutir aqui o quanto o processo político português influenciou os debates levados a cabo por exilados brasileiros, mas principalmente como a transição brasileira foi percebida em Portugal, principalmente por meio da imprensa.

Após a chamada Revolução dos Cravos, o Brasil e sua ditadura passaram a ser abordados criticamente na grande imprensa portuguesa, bem como nos periódicos de organizações políticas, com ampla diversidade de posições. Em impressos como ‘Diário de Notícias’, ‘Expresso’, ‘Diário de Lisboa’, ‘O Diário’, ‘Página Um’, ‘Voz do Povo’, ‘A Capital’, ‘A Luta’, ‘Avante’ e ‘Portugal Socialista’, além daqueles diretamente produzidos por exilados, como ‘Amnistia’ e ‘América Latina’, é notável o interesse pela redemocratização do Brasil em Portugal. Isso despertou a atenção dos órgãos de

repressão do regime autoritário, em particular o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), o qual recebeu inúmeros relatórios da Embaixada Brasileira em Lisboa referentes ao importante espaço adquirido naquele país pelas forças oposicionistas e seus apoiadores locais, constituindo-se numa frente de informações internacional. Por meio do CIEEX, uma extensa atividade de espionagem e controle foi efetivada pela ditadura, sendo que Portugal tornou-se um dos principais focos de ação do órgão, que mobilizou a colaboração do Itamaraty na ação repressiva “nos países onde havia maior número de exilados brasileiros” (PENNA FILHO, 2009). É possível identificar que estava sendo construído um repertório narrativo e político sobre a democratização que alimentou os oponentes do regime brasileiro. Em particular, ganharam contornos mais definidos os referenciais e interpretações que giraram em torno da promoção da cidadania e dos direitos civis, numa perspectiva que ampliava a discussão sobre a democracia para além das fronteiras nacionais.

Acentue-se que esta discussão ainda envolve o domínio da História do tempo presente, ao dizer respeito à emergência qualificada e os delineamentos historiográficos do chamado campo do político, em particular a dimensão das culturas políticas, como território privilegiado para a compreensão dos fenômenos sociais que marcam a sociedade brasileira atual, na perspectiva de uma abordagem que visa explorar as conexões internacionais do processo de redemocratização brasileiro.

A partir de 1974 a ditadura militar brasileira impôs o gradualismo como única forma de transição para um regime político aberto. De outra parte, a partir da chamada Revolução dos Cravos, ocorrida neste mesmo ano, diferentes segmentos da oposição brasileira reunidos em Portugal assumiram demandas por direitos humanos, liberdades civis e democracia. Portugal vivia um processo de construção democrática a partir do qual a transição brasileira ganhava uma perspectiva internacional. A partir deste cenário, está sendo conduzido um estudo que objetiva compreender o processo de transição brasileiro ao fim da década de 1970 a partir das discussões e percepções que percorriam a imprensa portuguesa, bem como as influências e desdobramentos da transição portuguesa nos debates conduzidos acerca do processo de abertura política no Brasil.

Cabe acentuar como o ambiente político português após a Revolução dos Cravos influenciou a transição que então se processava no âmbito das diferentes frentes de oposição brasileiras, as quais passaram a ser impactadas por uma agenda política em que os temas da democracia, das liberdades individuais e dos direitos humanos assumiram centralidade (NAPOLITANO, 2014). Pode-se sugerir que um conjunto de referenciais antecipava o que para muitos analistas do contexto pode ser chamado de “Segunda Guerra Fria”, quando os Estados Unidos passaram a desenvolver uma forte campanha internacional que girava em torno da temática dos Direitos Humanos e à exclusão de ditaduras latino-americanas de programas de assistência (HERZ, 2002).

Neste aspecto, é sempre destacada a trajetória de uma liderança política muito influente no Brasil, o trabalhista Leonel Brizola que, a partir de 1978, aproximou-se franca e definitivamente da perspectiva social-democrata europeia. Além disso, e não menos importante, cabe considerar como os acontecimentos da transição brasileira foram compreendidos em Portugal, particularmente neste momento ainda anterior à anistia decretada no Brasil (FICO, 2010), quando o país europeu era o abrigo e refúgio de exilados, como o próprio Brizola.

A partir de Portugal, país que vivenciava um processo revolucionário que dera cabo a uma longa ditadura, é possível perceber que as características da redemocratização brasileira ganhavam acentuada importância internacional, dado que envolviam ao menos três distintas posições: uma perspectiva que buscava o alargamento da democracia a partir de bases sociais organizadas por novos movimentos e grupos, o que incluía ainda certo viés que remontava às esperanças de insurreição popular; a perspectiva fortemente influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), envolvido em debates em torno do chamado eurocomunismo, ao passo em que buscava influenciar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição legalizado, com vistas a derrotar a ditadura pela articulação entre um movimento de massas e a atuação institucional e parlamentar; e, não menos importante, as movimentações em torno da figura do líder trabalhista Leonel Brizola, apoiado pelo Primeiro Ministro português Mário Soares, então plenamente envolvido pelo lema de campanha “A Europa conosco”, e pela Internacional Socialista, organização refundada

em 1951 e que, sob a liderança do então chanceler alemão Willy Brandt passou a desenvolver, na segunda metade da década de 1970, uma frequente ação articulada junto a lideranças latino-americanas. A Internacional Socialista, a partir de 1976, depois da organização de um encontro ocorrido em maio daquele ano em Caracas, na Venezuela, passou a ser um importante ponto de articulação de setores oposicionistas brasileiros. Isso não passaria despercebido pela imprensa dos dois países, bem como pelos órgãos de informações do regime autoritário (PEDROSA, 2013).

A longa transição brasileira para um regime formalmente democrático teve marcos definidores que o próprio jogo político da ditadura militar (1964-1985) delimitou e que foram tacitamente aceitos pelos que participaram, direta ou indiretamente, das negociações que redundariam no fim do regime autoritário. Afastar qualquer possibilidade de ruptura ou de que a extinção ditadura militar resultasse de agudos conflitos sociais e políticos, foi, desde sempre, um objetivo dos acordos que tramaram o que viria a ser chamado de Nova República. A transição, assim montada, procurou limitar o processo de redemocratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo e a maior parte da oposição legalizada.

Há uma importante discussão acerca das interpretações predominantes sobre a transição para um sistema político democrático no Brasil, até aqui concentrados basicamente em torno de três eixos: o retorno aos valores liberais-democráticas que estariam em disputa no momento do golpe civil-militar de 1964; a ruptura com o autoritarismo que marcara o regime, como um contraponto aos seus relativos êxitos econômicos; por fim, o pacto que se teria sido firmado entre governo e oposição, com a atuação de um amplo conjunto de forças sociais (ABREU; LATMAN-WELTMAN, 2006, p. 69). Ressalta-se que uma das marcas dessas interpretações é a indefinição de datas precisas, embora os debates políticos que se travaram tenham elaborado marcos que se tornaram aceitos: um destes é 1974.

Naquele ano o General-Presidente Ernesto Geisel proferiu o que seria considerado um marco do processo de abertura política. Ao frisar que não aceitaria “pressões indevidas” dos que pensavam “poder apressar” alterações no regime por meio

de um “jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, contra o governo”. Tais pressões apenas serviriam para “provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo de lenta, gradual e segura distensão, tal como se requer”, o que geraria um clima de “crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora” (cf. Folha de São Paulo, São Paulo, 30/08/1974, p. 1). A passagem lenta e gradual correspondia aos agenciamentos que ordenariam as relações políticas, tanto do governo quanto da oposição.

Enquanto isso, os acontecimentos desencadeados pela derrubada da ditadura salazarista no outro lado do Atlântico trouxeram à imprensa brasileira a necessidade de dar conta de um fenômeno que desatava uma transição democrática em um ritmo inteiramente diverso daquele que se apresentava como o único possível no Brasil. A Revolução dos Cravos foi anunciada como um “vento democrático” que soprava desde Lisboa. As notícias da queda de Marcelo Caetano e o papel das Forças Armadas portuguesas no processo faziam referência à polícia política, a presos políticos e partidos proscritos, assuntos que causariam constrangimentos diversos, caso fossem tratados abertamente no noticiário nacional (cf. Folha de São Paulo, São Paulo, 27/04/1974, p. 1). Mas os acontecimentos em Portugal permitiam que palavras como democracia, ruptura e liberdade política fossem publicadas e disseminassem discussões amplas.

No dia 26 de Abril de 1974 o *Jornal do Brasil* trouxe como sua principal chamada de primeira página “Junta controla Portugal e anuncia Constituinte”. Na página seguinte, a chamada era “Militares acabam com salazarismo e prometem eleição”. Assim, em duas notícias, um programa de redemocratização que passava por constituinte e eleições, demandas que eram verbalizadas pela oposição legalizada no Brasil desde os tempos da chamada Frente Ampla ao fim da década anterior. Contudo, o gradualismo anunciado pelo governo projetava para um futuro bastante incerto tais possibilidades. Enquanto a esquerda revolucionária brasileira vivia os estertores de sua derrota, pois o aparato repressivo da ditadura havia destruído as organizações e provocado a prisão ou a morte de centenas de ativistas, seja nas cidades ou no campo,

uma “revolução” bem sucedida ocorria em Portugal e seu repertório político trazia pontos essenciais para o debate corrente no Brasil. Democracia e eleições tornavam-se os caminhos para a derrota da ditadura. Importante para a interpretação aqui proposta: em pouco tempo, tais falas incorporaram o tema dos Direitos Humanos. A oposição legalizada, concentrada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que até então tinha dificuldades para se legitimar como ferramenta de luta contra o regime, ganhava corpo e em suas bases militava parte da esquerda que não havia sido engajada na luta armada.

Os oponentes da ditadura brasileira, em sua maioria, passaram por uma transformação fundamental, quando de uma lógica revolucionária assumiram a democracia como “valor universal” (COUTINHO, 1979). A crítica pública ao regime ampliou-se, mas não sob uma ótica insurrecional: “a democracia para a ser valorizada como um objeto em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações” (ALMEIDA; WEISS, 1998, p. 336). Por fim, sabe-se que o resultado seria, conforme Florestan Fernandes (1986, p. 19), uma “transição sem ousadias e sem turbulências”, o que proporcionou que “a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização *sui generis* que sairia das entranhas do regime”.

Os desdobramentos do Abril de Portugal seriam acompanhados com atenção e não foram poucos os que buscaram no processo em curso naquele país uma confirmação dos caminhos adotados no Brasil. Em 1976 um influente cientista político nos meios mais moderados da oposição, Bolivar Lamounier (1988), identificava que as negociações parlamentares no Brasil conduzidas pela junção de políticos antigos com os mais jovens, formados durante o período autoritário, tornava as discussões que percorriam a cena pública naquele momento marcadas predominantemente pelos seguintes temas: eleições, gestão econômica, constitucionalização do país, necessidade de ordem, direitos humanos, uma “voga neoliberal no mundo” e uma promissora “moderação da revolução portuguesa” (cf. Isto É, São Paulo, Nov. 1976, p. 48-51).

Muitos seriam os exilados brasileiros após os golpes militares no Chile, no Uruguai e na Argentina que aproveitaram a janela democrática aberta em Portugal. O

país passou a ser um refúgio exatamente quando o cerco de ditaduras militares na América do Sul se fechara quase por completo (quase todos os países tinham alguma forma de ditadura militar). Para muitos, a Revolução dos Cravos inicialmente soou com desconfianças, por ter sido conduzida por militares, mas também com muitas esperanças. De todo modo, como aponta Maria Inácia Rezola (2007, p. 17), num mundo impactado pela crise do petróleo e dividido pela guerra fria, “negando todas as previsões e modelos de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os Capitães de Abril apresentaram um programa democratizador”, o qual previa a “constituição de um governo civil e a realização de eleições livres”. Neste ambiente, encontraram-se em Lisboa diferentes organizações de esquerda brasileiras, que iam desde o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, a Ação Libertadora Nacional e a Vanguarda Popular Revolucionária. O trabalho de denúncia da ditadura brasileira no exterior e de rearticulação das esquerdas logo se desdobrou em novas frentes de debates em que a questão das liberdades democráticas e o movimento pela anistia aos refugiados ganhou proeminência (PEZZONIA. 2017, p. 223-254).

Sabe-se que uma das grandes preocupações da ditadura militar brasileira era o que ficou conhecido então como 'Frente Brasileira de Informações', nome atribuído a um conjunto de publicações que seria coordenado por Miguel Arraes, articulando brasileiros e brasileiras que no exterior denunciavam a ditadura (CRUZ, p. 2016). Tal preocupação ficou registrada na documentação produzida pela embaixada do Brasil para o Centro de Informações do Exterior (Ciex).

Os brasileiros chegados a Portugal após o 25 de Abril, não apenas por isso, mas também em função do idioma comum, levaram tal possibilidade de uma Frente de Informações a outro nível, ampliando sobremaneira a possibilidade de denunciar a ditadura e, principalmente, discutir os rumos das possibilidades para o fim do regime. A facilidade de acessar a imprensa portuguesa e o contexto português favoreceram que o Brasil e sua ditadura passassem a ser abordados com certa frequência mesmo na grande imprensa portuguesa, sem contar os periódicos de organizações políticas. Um tema passa a ser então central neste Brasil visto de Portugal: a questão dos direitos humanos, também cara a diferentes indivíduos e grupos portugueses de então, saídos de uma

ditadura longeva e em meio a um complexo processo político, passou a dar sustentação às imagens então difundidas sobre a realidade brasileira em Portugal.

Assim, o Brasil apareceu como alvo frequente de debates que diziam respeito aos processos de democratização que ocorriam em âmbito internacional. Isso se intensificou a partir de 1976: afastada do controle dos principais veículos de imprensa que haviam sido nacionalizados dois anos antes, a esquerda portuguesa põe em circulação novos títulos. Na ocasião, os partidos de esquerda lusitanos viram suas projeções revolucionárias interrompidas pelos eventos de 25 de Novembro de 1975, quando as Forças Armadas portuguesas, em nome da manutenção de um status democrático de tipo ocidental para o país, debelam o processo revolucionário então em curso. Um dos mais importantes jornais que passaram a circular naquele país foi *O Diário*, órgão do Partido Comunista Português e dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, que tinha vínculos sólidos no Brasil, onde inclusive havia militado na resistência à ditadura e atuara como jornalista de *O Estado de S. Paulo* e de *Portugal Democrático*. Outro título importante foi *Página Um*, de uma organização de extrema-esquerda e no qual atuaram brasileiros como Alfredo Sirkis. Além disso, há a atuação de brasileiros em outros órgãos da imprensa privada, como no semanário *Expresso*, com destacada presença de Hermano Alves, cujos vínculos com o Partido Socialista português seriam importantes na articulação com lideranças como Leonel Brizola. Em Portugal, o ex-governador do Rio Grande do Sul assumiu uma postura moderada e conciliatória mesmo em relação ao governo do General Ernesto Geisel, atitude que era incentivada pela liderança de Mário Soares, cioso por manter relações estáveis com o Brasil ao mesmo tempo em que pretendia difundir a influência da Internacional Socialista (MARQUES; GONÇALVES, p. 2016).

Todas essas movimentações de brasileiros e brasileiras no âmbito da imprensa portuguesas eram acompanhadas de perto pelo CIEX, com relatórios frequentes a respeito do assunto. Por exemplo, no relatório datado de 19 de Agosto de 1976 (cf. arquivo BR\_DFANBSB\_IE\_0\_0\_0015\_d0008de0012, folha 39), o centro afirmava ter obtido informação de que no jornal *Página Um*, órgão do “Partido Revolucionário do



Proletariado”, trabalhavam “vários refugiados brasileiros”, passando a publicação a ser alvo de constante escrutínio por parte dos agentes do regime em Lisboa.

Assim, não foram apenas as novelas — exibidas na televisão portuguesa a partir de 1977 — e famosos artistas do mundo do teatro e da música que despertaram a atenção dos portugueses para o Brasil no período. Entre a grande festa de Abril de 1974 e o período de pragmatismo após 1975 em que, como na canção de Chico Buarque, a primavera dos cravos começou a murchar, as posições mais combativas no espectro das oposições brasileiras vistas de Portugal passaram a conviver com aquelas que buscavam a moderação. Um elemento indiciário considerado importante para dar início à investigação pode ser localizado em uma entrevista concedida por Miguel Arraes, então no exílio na Argélia, mas com presença constante em Portugal, onde tinha contatos influentes na imprensa, como o jornalista Fernando Piteira Santos. Publicada no diário *A Capital*, em 11 de janeiro de 1977, na ocasião Arraes manifestou sua contrariedade à aproximação da oposição brasileira à Internacional Socialista, ao afirmar que “a social democracia europeia não pode ser transplantada para o Brasil”. Naquele momento estavam em andamento tratativas sérias para a criação de um partido socialista no Brasil, aos moldes europeus, inspirando-se nas organizações da Alemanha e de Portugal. Para Arraes a criação de um partido que se chamasse socialista poderia servir para o regime “sair das dificuldades políticas em que se encontra” na composição de uma “máscara de democracia”. Mais importantes seria a luta pela independência nacional e a sugestão de que os interesses do chamado Terceiro Mundo diferiam daqueles dos países centrais.

Se em seus primeiros dias a revolução portuguesa prometia um caminho de ruptura e transformação acelerada em um processo revolucionário, com o passar dos anos a construção democrática em Portugal inspirou outras soluções. Ao reaparecer na cena pública, em Portugal, Leonel Brizola apresentou uma rápida mudança de perspectivas políticas. Proveniente de uma linhagem que tem em Getúlio Vargas sua mais importante expressão e tendo sofrido a influência do surto de movimentos populares e nacionalistas da América Latina nos anos de 1960, na esteira da revolução cubana, Brizola estava em plena transição. Aproximou-se de Mário Soares e das

perspectivas defendidas pela Internacional Socialista (CAVALCANTI, p. 1979). Em junho de 1979 os trabalhistas brasileiros lançariam a “Carta de Lisboa” em que as demandas históricas do movimento passavam a incorporar o tema dos direitos humanos e das lutas de mulheres, negros e indígenas (MARQUES; GONÇALVES, p. 2016).

Portanto, não só a esquerda revolucionária brasileira encontrou em Portugal um ambiente para o debate que levaria a mudanças importantes de atuação. Uma antiga liderança política, capaz de despertar muito mais atenções e preocupações do aparato diplomático repressivo brasileiro no exterior, dada a influência de sua figura junto à opinião pública brasileira, encontrou em Portugal um terreno fértil para sua própria transição política e pessoal. Um político nacionalista latino-americano dos anos de 1960 e que manteve conversações com Che Guevara e Fidel Castro, Brizola tornava-se aos poucos um social-democrata ao estilo europeu. Ou ao menos esta era a primeira impressão. O processo histórico posterior traria novos desdobramentos (SENTO-SÉ, p. 2007).

De certa forma, encontramos aí um ponto de convergência em que a ditadura militar brasileira impunha o gradualismo como única forma de transição para um regime político mais aberto, a esquerda revolucionária fazia a autocrítica de suas ações e buscava construir pontes as demandas por direitos humanos, a oposição legalizada no Brasil aceitava o ritmo imposto pelo regime e lideranças políticas como Leonel Brizola, da geração anterior ao golpe de 1964, apostavam na perspectiva social-democrática e moderada europeia. Este nó de arranjos políticos e trajetórias pessoais teve em Portugal um palco privilegiado, principalmente ao final da década de 1970. Cabe, então, investigar o quanto o palco teria sido importante para o desenrolar do drama político brasileiro nos dois lados do Atlântico.

A partir destas linhas gerais, o estudo que se está levando a cabo pretende compreender o processo de transição brasileiro ao fim da década de 1970 a partir das discussões e percepções que percorriam a imprensa portuguesa, bem como as influências e desdobramentos da transição portuguesa nos debates conduzidos por brasileiros no exílio (FREIRE, p. 2010). A partir daí, foi realizado um levantamento de dados coletados em diários e semanários portugueses acessíveis.

A discussão proposta recai sobre a construção do tema da democracia brasileira. Sociedade e Estado mantiveram relações diferenciadas, em comparação com contextos históricos anteriores, durante o processo de democratização. Neste aspecto, chama a atenção a reflexão sobre o desempenho da imprensa como interface necessária ao campo político e como mobilizadora de um acervo de imagens e discursos que pautou boa parte das discussões e negociações entre governo, partidos, movimentos sociais e cidadania.

A relevância deste estudo pode ser aquilatada pela emergência de uma renovada história política no Brasil, em particular a partir do quadro de discussões que foi aberto pela chamada História do Tempo Presente e seus desdobramentos na abertura de novos olhares para objetos conhecidos (ROUSSO, p. 2016). A escrita de uma História do Tempo Presente pressupõe a identificação de trajetórias pessoais e coletivas saturadas por experiências sociais diversas, avolumadas nas últimas três décadas, no que se pode considerar a importância do acontecimento e da indeterminação. Neste âmbito de discussões, cabe inscrever a sociedade brasileira à sua maneira e a partir de suas características em alguns desses processos e passou a partilhar do que se pode chamar de um longo presente.

No que diz respeito à transição democrática brasileira a partir da década de 1970, com evidentes implicações na sociedade brasileira atual, esta coincidiu em parte, no aspecto cronológico, com o processo democrático português. Os desdobramentos internacionais das questões então em disputa tornaram-se mais nítidos a partir do momento em que lideranças políticas influentes do Brasil encontraram em Portugal, por um breve momento, uma base de observação do que se passava em seu país, mas também entraram em contato com uma experiência democrática em andamento.

O contato com questões internacionais alterou perspectivas acerca da democratização brasileira (ROLLEMBERG, p. 2006). Um novo repertório político passou a ser empregado, considerando a comparação da experiência histórica brasileira com o que se passava em outros países, neste caso especificamente Portugal após 1974. Este repertório parece ter envolvido a difusão de uma terminologia política que alcançou valor simbólico ao longo do período e que alimentou inicialmente os

opponentes à ditadura militar, em particular aqueles que giraram em torno da promoção da cidadania e dos direitos civis. A importância desses temas para a instauração da chamada Nova República brasileira ganham uma nova dimensão histórica ao serem abordadas a partir de uma perspectiva comparada.

#### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). A democratização no Brasil: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 67-93.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.): História da vida privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 319-410.

CAVALCANTI, Pedro CeIso Uchôa. A Internacional Socialista vai à América Latina. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 101, p. 110, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47, mar. 1979.

CRUZ, Fábio Lucas da. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FERNANDES, Florestan. Nova Republica? Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Brasília: Ministério da Justiça, n.4, jul./dez. 2010, p.318-333.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. Sociologia, problemas e práticas, n. 64, p. 37-57, 2010.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 85-104, 2002.

LAMOUNIER, Bolivar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83-134.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 16, n. 3, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. Estudos Avançados, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014.

PEDROSA, Fernando. Redes trasnacionales y partidos políticos. La Internacional Socialista en América Latina (1951-1991). Iberoamericana, Madrid, XIII, 49, 25-46, 2013.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

PEZZONIA, Rodrigo. Exílio em Português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REZOLA, Maria Inácia. 25 de Abril: Mitos de uma Revolução. Lisboa: Esfera dos livros, 2007.

ROLLEMBERG, Denise (2016): Cultura política brasileira: redefinição no exílio (1964–1979). *Hispanic Research Journal*, vol. 7, n. 2, 163-172, 2016.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. RJ: FGV, 2016.

SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa: o novo trabalhismo do PDT. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 429-450.